



VILA REAL STº ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

⑤  
Alexandre  
#07

## ATA N. 07/2012

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor Eduardo Luís Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, comigo Alexandre Hermínio Drago Madeira, primeiro secretário, José Domingos Teixeira Pires, segundo secretário, Maria do Rosário Papafina Proença, João Manuel Cabrita Fernandes, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, António José Ruivo da Palma, Sandra Cristina Carvalho Madeira, Maria de Lurdes Lopes Faria, Maria Madalena Sofia Fulgêncio Mendez, Maria Conceição Freitas Henrique Granado, Luís Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro e Manuel da Conceição António, pelo P.S.D; Rui João Gutierrez Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro e Vítor José da Cruz Pereira, pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz e Luís Manuel Negrão Vargas, pela CDU., e conforme Edital Convocatório de 04 de dezembro de 2012, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

### SUBSTITUIÇÕES

Ao abrigo do Art.º nº 53 do Regimento, verificaram-se as seguintes substituições: Pelo PS, o Sr. Deputado Municipal Álvaro da Palma Araújo foi substituído por Luís Manuel Rosa Fernandes e o Sr. Deputado Municipal João José Baptista da Costa Ribeiro foi substituído por Rui João Gutierrez Setúbal.

## **ABERTURA DA SESSÃO**



Feita a chamada, verificadas as presenças, substituições e faltas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. Foram anunciados 10 minutos por bancada para tratar de assuntos de interesse para o município.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

Foi proposta e aceite por unanimidade a alteração à discussão dos pontos 12 e 15 para o início da ordem de trabalhos.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes pediu informações sobre o destino de um terreno em Monte Gordo, que tinha passado por cedência e venda e solicitou que lhe fosse entregue a documentação que tinha solicitado em anteriores sessões de assembleia municipal.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que a informação requerida pelo Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes lhe seria entregue por escrito.

## **1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES**

O Senhor presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que o processo movido para perda de mandato do Sr. Deputado Municipal José João Corvo não tinha sido aceite por parte do Ministério Público porque não se tinha observado o protocolo.

Entretanto, o referido deputado municipal apresentou documento de renúncia ao mandato. Assim, o Sr. Presidente da Assembleia solicitou que constasse nesta ata que, depois das três faltas consecutivas, não justificadas, o Sr. Deputado Municipal José João Corvo renunciou ao seu mandato na Assembleia Municipal.



## **2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs. 3, 4, 5 e 6 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou que os documentos estavam na posse dos senhores deputados municipais e perguntou se havia alguma objeção que quisessem fazer.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que ia votar a favor, vencido. Considerando, assim, que as atas não estavam minimamente satisfatórias.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes observou que as atas estavam demasiado sintetizadas e que havia muitas coisas que tinham sido ditas e que não constavam dos documentos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal lembrou que já tinha passado bastante tempo sobre as sessões a que as atas diziam respeito e era provável que alguma coisa tivesse sido deixada de parte. Depois, tinha havido problemas por causa da ausência, por motivos de doença, da funcionária que estava encarregada da sua redação. Em todo o caso, tinha sido pedida a colaboração, que não chegou, para que se acrescentasse aquilo que pudesse ser considerado em falta. Por isso, pede a devida compreensão para estes problemas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação as atas, com o seguinte resultado:

A Ata nº 3 foi aprovada por maioria com 17 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis da CDU e 4 abstenções do PS. O deputado João Manuel Cabrita Fernandes absteve-se por não ter estado presente.

A Ata nº 4 foi aprovada por maioria com 17 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis da CDU e 4 abstenções do PS. O deputado João Manuel Cabrita Fernandes absteve-se por não ter estado presente.

A Ata nº 5 - foi aprovada por maioria com 18 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis da CDU e 4 abstenções do PS.

A Ata nº 6 foi aprovada por maioria com 18 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis da CDU e 4 abstenções do PS.

### **3 . APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITO NA RUA JOÃO DE LISBOA, EM MONTE GORDO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que as pessoas vão fazendo os seus projetos a pensar que vai haver uma assembleia que lhes vai dar uma parcela para o projeto ser viável e contam com parcelas que não têm. A administração municipal deveria estar atenta a isto e resolver o problema. Há uns que têm direito a tudo e outros que não. Então uma pessoa faz um projeto a pensar que, depois, lhe vão permitir um acesso? Vai votar a favor, mas isso não lhe parece bem.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que, na prática, o lote corresponde ao alinhamento marginal da rua. Se não fizéssemos isto, teríamos uma proposta que viola o PDM porque diz o artº 56 do regulamento do PDM que deve haver alinhamento marginal das parcelas, exceto em zonas de habitação consolidada. O terreno tem de ser alinhado. É isso de que se trata. É de alinhamentos e de acertos. É uma medida aconselhável do ponto de vista da gestão urbanística.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por unanimidade.



4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE O ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL, I.P., A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pela Sra. Vereadora Sílvia Madeira, da Câmara Municipal, e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade.

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA GEOGRÁFICA DO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO E ZONA DE PROTEÇÃO QUE INTEGRA O PPSNPVVRSA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade.

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO JURI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pela Sra. Vereadora Conceição Cabrita, da Câmara Municipal, e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes contestou o texto de apresentação da proposta que contém o texto “deliberou a Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal”. A seu ver, devia expressar claramente que quem delibera é a Assembleia Municipal e a forma como é apresentada não é correta.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por unanimidade.


#### **7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA NA ÁREA JURÍDICA – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal disse que nas contas apresentadas, hoje, no PAEL, já constava uma verba de noventa e cinco mil euros para assessoria jurídica. Só nos casos apresentados nesta sessão estão cento e dez mil euros. É isto que faz crescer o custo dos serviços jurídicos da Câmara. Num momento de contenção, com as dificuldades orçamentais que existem, o PS sugere que a Câmara faça um levantamento exaustivo das necessidades, em termos jurídicos, e proceda à contratação do que precisar num único concurso que abranja a totalidade dos serviços, naquilo em que os serviços camarários não puderem responder. Seria sempre mais barato do que andar a contratar serviços à peça. Neste momento, o PS entende que esta política deveria ser revista e a prova é que cento e dez mil euros estavam ainda por pagar, relativamente a 2012, e temos aqui um novo contrato de dezoito mil euros, que é, no fundo, a renovação, e tem de ser somado isto tudo. É neste sentido que o PS vai mudar o sentido de voto e vai abster-se nesta votação.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis do



PSD, uma abstenção da Sra. Deputada Maria de Lurdes Lopes Faria, do PSD, quatro abstenções da bancada do PS e dois votos favoráveis da bancada da CDU. 

A bancada do PS leu e apresentou declaração de Voto. O documento vai constar como anexo desta ata.

#### **8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro pediu o esclarecimento sobre o desconto a realizar, se era de 60% ou de 80%, porque apareciam os dois números. Foi-lhe respondido que o desconto a aplicar era de 60%.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que a CDU não acreditava muito que fosse o desconto oferecido que viria a resolver o problema dos empresários da construção civil. Estes empresários já estão a ser favorecidos pela sociedade, que permite edificação em vez de parqueamentos e zonas verdes, e vai-se atribuir um benefício mais. Não acrescenta nem tira. Não lhe parece que venha daqui grande aumento de emprego, no entanto vai votar a favor.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita congratula-se com a proposta, ela vem dar continuidade àquilo que já existia, apenas se está a prorrogar aquilo que já existia, e é uma forma de estimular algum investimento privado. Se a iniciativa privada não criar emprego, não se sabe de que é que vamos viver. Todas estas coisas são bem-vindas.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por unanimidade.

9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA  
COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO  
DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por maioria na sessão de câmara e teve o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira. Foi aberto o período de discussão.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro disse que o PS ia alterar o sentido de voto e ia abster-se. Seria uma área em que a Câmara poderia não fazer uma contratação. Mas, sabendo que a pessoa em causa já está ao serviço da Câmara, seria lançar uma pessoa mais no desemprego. Daí que altere o sentido de voto.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que a Câmara Municipal, quando contratou este jornalista, fez uma excelente aquisição. Ele é bom naquilo que faz, isso é bom para a maioria, nalguns casos, e obriga até a CDU, de certa maneira, a trabalhar mais e acha muito bem que possa estar ao serviço do seu município. Tem pena que o órgão onde ele estava a trabalhar não o poder sustentar como jornalista para ele poder, em vez de desenvolver um trabalho de assessoria técnica, continuar a desenvolver a sua capacidade jornalística como têm feito outros jornalistas, designadamente o Hugo Matias, que era da qualidade dele e está agora na TVI, e o Filipe tinha potencialidade para chegar muito mais longe, mas infelizmente o mercado dos jornalistas não está para mais. Acha muito bem que ele esteja aí.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezoito votos favoráveis do PSD, quatro abstenções da bancada do PS e dois votos favoráveis da bancada da CDU.



A bancada do PS leu e apresentou declaração de Voto. O documento vai constar como anexo desta ata.

#### **10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE PESSOAL DIRIGENTE – ARTIGO 24.º DA LEI Nº.49/2012, DE 29 DE AGOSTO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pela Sra. Vereadora Conceição Cabrita, da Câmara Municipal, e que tinha sido aprovada por maioria na sessão de câmara. Teve a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira. Foi aberto o período de discussão.

Os Srs. Deputados Municipais José Domingos Teixeira Pires e João Manuel Cabrita Fernandes ausentaram-se da sala por serem parte interessada no assunto.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia intervenções por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis do PSD, quatro abstenções da bancada do PS e dois votos favoráveis da bancada da CDU.

#### **11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE CORREÇÃO MATERIAL AO PLANO PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por maioria na sessão de câmara e teve o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que isto é uma alteração ao Plano de Pormenor, não é uma correção material. Há um aumento de fogos. Há uma alteração ao Plano de Pormenor.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que este processo foi concertado com a CCDR Algarve, tendo-se aferido previamente que se configurava nestes termos uma correção material e, no fundo, é como se fosse uma errata ao Plano de Pormenor.

Pode haver uma retificação quando há divergência entre elementos aprovados e elementos publicados. É disso que se trata. É uma correção legal. Não há qualquer alteração ao Plano de Pormenor e tudo está fundamentado pelos técnicos da Câmara.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal disse que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha explicado era importante para a posição que se tinha de tomar. Esse esclarecimento deveria constar no documento da proposta. E, no futuro, isso deveria acontecer.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que tudo estava explicado na fundamentação da proposta e que nem sequer tinha sido escrita por ele.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes insistiu naquilo que tinha dito e admirou-se de um documento publicado um ano antes ter tantos erros.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezoito votos favoráveis do PSD, quatro votos contra da bancada do PS e dois votos contra da bancada da CDU.

Foi apresentada uma declaração de Voto pela bancada do PS.

## **12. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2013**

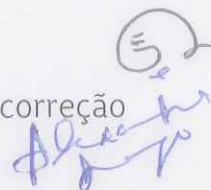
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por maioria na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz perguntou se os empréstimos que constam no documento já existem fisicamente.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que estavam ainda a ser analisados pelas diversas instâncias públicas e que ainda não tinham decorrido os prazos legais



para esse efeito. Se os empréstimos não forem aprovados, terá de haver a correção orçamental até ao final de 2013.



O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal perguntou, tratando-se de um orçamento de base zero, quais tinham sido os critérios adotados para a sua elaboração e para se chegar ao montante de vinte e seis milhões e seiscentos e cinquenta e três mil euros, sem os passivos financeiros correspondentes ao PAEL.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que os orçamentos aparecem inflacionados e permitem diversas coisas, entre elas chegar à dívida atrasada, na ordem dos cinquenta e nove milhões de euros. Algumas rubricas aparecem pouco claras e podem trazer confusão para quem tem de executar o orçamento. Devia estar bem clara a parte que seria destinada ao pagamento de dívidas e a parte que seria destinada à gestão corrente. Consta no orçamento a verba de doze milhões de euros a transferir para a SGU que gostaria de ver esclarecida. O volume de receitas, se comparado com o deste ano, na mesma rubrica, vai ser muito difícil de alcançar e o orçamento vai ser difícil de cumprir. A situação financeira da autarquia continua deslizando, mesmo apesar de todos os esforços de contenção.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que a aprovação do PAEL já implicava a aprovação deste orçamento. Quase era necessário apresentar dois orçamentos: um, destinado à atividade regular e outro à reestruturação financeira. Assim, compreendia as observações feitas, mas deveria haver mecanismos governamentais que permitissem às autarquias consolidar as suas dívidas. A forma como as autarquias estavam a viver, praticamente desde o 25 de abril, não era sustentável. As despesas faziam-se e a algum lado se iria buscar o dinheiro. Era assim que se fazia. Hoje podemos perguntar se vale a pena tantas coisas que foram feitas. Agora temos de atuar e definir as coisas. É importante que os capitais sejam escalonados e isto é contemplado por este orçamento e o PAEL obriga a isto. A autarquia ponderou tudo em que vai gastar dinheiro ao longo do ano. Houve reduções muito fortes em todas as despesas que vão ser feitas. Temos de ser mais realistas e usar apenas aquilo que temos. Os recursos são limitados. Mas

também as populações têm de saber o que pedem. As crises são regeneradoras e têm de nos pôr a pensar.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o orçamento tem dois componentes importantes: um, era o orçamento de base zero para o exercício de 2013 e o outro tinha a ver com o equilíbrio financeiro e o PAEL.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal disse que entendia a forma como estava construída a despesa, mas preocupava-o mais a forma como seria realizada a receita. Se em 2012, não foi obtida tanta receita, comparando os valores, prevê-se que muito dificilmente serão alcançados os valores apresentados para 2013. Então, se se mantiver a despesa, haverá probabilidade de aumentar a dívida. Por seu lado, o PAEL irá trazer também um encargo anual de cerca de seis milhões. Isso significa que haverá cinco meses de receita hipotecada para fazer face ao serviço da dívida. Isso irá provocar constrangimentos do lado da despesa. Tem, assim, fortes dúvidas como isto será equilibrado.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos e referiu-se à obra feita nos seus mandatos e à taxa de execução que sempre foi superior à taxa de execução de outros executivos. Esta questão levantou alguma discussão pelo fato de se considerar que havia critérios e legislação diferentes. Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal, disse que as respostas já tinham sido dadas aquando da discussão do PAEL e lá estava tudo especificado. Além disso, acrescentou que esse documento tinha sido aprovado pela DGAL e nem sequer levantaram as questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que as questões estavam mais a ser levantadas do ponto de vista político que do ponto de vista técnico. Porque, afinal, as questões técnicas tinham sido cuidadosamente analisadas no PAEL. Este plano permitirá sanear as contas da Câmara Municipal.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal lamentou o tom da intervenção do Sr. Presidente de Câmara e perguntou o que se ia votar, porque, afinal, não via Grandes Opções do Plano nenhuma.



costuma perguntar aos Presidentes de Junta de Freguesia se estão de acordo com a proposta. Normalmente dizem que sim e depois vota a favor. Hoje, quer ir mais além, não por razões que têm a ver com os valores, mas sim com o risco que, na sua opinião, se corre destas propostas terem algum problema jurídico. As três freguesias têm um pedido de delegação de competências, de um determinado valor, que se reparte pelo ano atual e pelo ano que vem. E não se entende porque é que a Câmara não se limitou a fazer um reforço da delegação de competências deste ano e, para o ano, diminuir o valor da competência. Deu o exemplo da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António em que está proposto quarenta e oito mil euros para a delegação de competências, sendo dez mil para este ano e trinta e oito mil para o ano que vem. Não parece que isto seja uma coisa razoável, quer em termos de execução orçamental, quer da aprovação da própria proposta. Se calhar, o que estaria melhor era um reforço da competência deste ano, dos dez mil, e, no ano que vem, a competência ser de trinta e oito mil, em vez de ser de quarenta e oito mil. Não se percebe porque é que é a proposta vem apresentada assim, ou melhor, as três, porque todas têm a mesma filosofia. Numa inspeção, isto pode não funcionar bem. A única coisa que percebe é que, se calhar, têm dinheiro para o ano e não têm dinheiro para este ano, mas não é assim que se resolvem os problemas.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro disse que ia fazer as mesmas perguntas que tinha feito o Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz. Portanto faz suas as palavras do senhor Deputado. O PS também se questionou porque é que havia uma verba já para agora e a seguir. E se os três Presidentes de Junta têm alguma coisa a dizer, se foi concordado, portanto, o PS estaria pronto para votar favoravelmente.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o valor das verbas aqui acordadas em sede de protocolo para as Juntas é superior ao melhor ano que o Partido Socialista fez para as Juntas de Freguesia. É evidente que, num quadro de restrições orçamentais que a Câmara Municipal tem, não pode suceder que outras entidades, sejam associações, sejam Juntas, sejam clubes, vivam como se não houvesse problemas financeiros, como é evidente. A crise, quando chega, tem que chegar para todos. Apesar das limitações que a Câmara Municipal tem, designadamente a

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal afirmou que o documento que iria ser submetido a votação era o que o executivo camarário tinha enviado e que tinha sido aprovado por maioria, com a abstenção da vereadora do Partido Socialista.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezoito votos favoráveis do PSD, quatro votos contra da bancada do PS e dois votos contra da bancada da CDU.

As bancadas do PS e do PSD apresentaram declaração de Voto. Os documentos vão constar como anexos desta ata.

### **13. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2013**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pela Sra. Vereadora Conceição Cabrita, da Câmara Municipal, e que tinha sido aprovada por maioria na sessão de câmara. Teve a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira. Foi aberto o período de discussão.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezoito votos favoráveis do PSD, quatro abstenções da bancada do PS e duas abstenções da bancada da CDU.

### **14. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS MINUTAS DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VRSA NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE MONTE GORDO, VILA NOVA DE CACELA E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que habitualmente, nas assembleias em que se votam delegações de competências para as freguesias,



Lei dos Compromissos, que não aconselhavam a fazer acordos com as Juntas de Freguesia, uma vez que os acordos estão para além da lei, a Câmara Municipal está aqui a partilhar mais uma vez o esforço com as Juntas de Freguesia. É evidente que estes acordos foram falados com cada um dos Presidentes, que foram consultados, como sempre. Quando estava na oposição, fez acordos com as Juntas de Freguesia e, na altura, as propostas de acordos foram rejeitadas por quem estava no poder, nessa altura. É evidente que se está a falar com algumas Juntas, como ainda hoje teve uma conversa com o Presidente da Junta de Vila Real de Santo António relativamente à transferência futura de competências. É um debate que a Câmara Municipal tem de continuar, em função das propostas que se fizerem também chegar. As Juntas de Freguesia têm tido acordos diversos com a Câmara Municipal em função das características de cada uma das freguesias. Em Vila Real de Santo António, tem trabalhado com a Câmara Municipal no Passo-a-Passo, na criação dos POCS, no arranjo dos bancos da Praça Marquês de Pombal. Em Monte Gordo, tem trabalhado, como as outras, nas Férias em Movimento, na limpeza de praias. Em Cacela houve uma iniciativa única, pela sua especificidade, visto que Cacela está separada do resto do concelho, que foi transferir competências claras no domínio da limpeza urbana, para toda a freguesia, devido à especificidade territorial de Cacela. Isso foi feito, isso é coisa histórica porque nunca foi feito nesses moldes. É um debate que não se fecha e que faz sentido ter e que os Presidentes da Junta pedem que se faça e, portanto, há um ano pela frente para ver como se vai processar. O que é certo é que, em termos gerais, a partilha de competências tem de ser enquadrada naquilo em que a sua especificidade poderá acrescentar uma mais-valia para a população. Subscrive a sugestão feita e, se a CDU tem propostas concretas e se isso não trouxer encargos para a Câmara Municipal, tem todo o gosto em abrir um debate e uma concertação relativamente a essa matéria.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que o Câmara está a propor à assembleia é que, no caso da Junta de Freguesia de Cacela, sejam delegadas competências num montante de cento e cinco mil euros. Quando se faz uma delegação de competências deste montante, até que ela seja revogada, vale para o ano em que é aprovada e para os anos seguintes. Mas, a seguir, está a dizer

para dar cinquenta mil euros este ano e cinquenta e cinco mil euros no ano que vem, o que quer dizer que é intenção da Câmara que a delegação de competências para o ano que vem seja de cinquenta e cinco mil e que a deste ano seja reforçada em cinquenta mil. Se não está a ser reforçada, são duas delegações de competências. Isto não pode ser assim. Isto é uma questão jurídica e é para isso que chama a atenção.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que este ano a Câmara Municipal, até ao momento, não tinha feito acordos de delegação de competências. O montante atribuído para este ano diz respeito à delegação de competências deste ano. O acordo está feito neste registo, distribuindo o valor pelo ano corrente e para o ano que vem. Na prática, se não fosse assim, dentro de duas semanas teria de haver outra delegação de competências para separar uma e outra. Assim, são feitas as duas ao mesmo tempo, é pura e simplesmente uma questão de forma.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por unanimidade.

#### **15. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL PARA CONCESSÃO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADOS LOCALIZADOS DE FORMA DISPERSA NA VIA PÚBLICA DOS NÚCLEOS URBANOS DE VRSA E MONTE GORDO E NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE MONTE GORDO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por maioria na sessão de câmara e teve o voto contra da Sr. Deputada do Partido Socialista, Jovita Ladeira. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal José Domingos Teixeira Pires abandonou a sala por fazer parte o júri que deve avaliar o procedimento.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes apresentou algumas dúvidas sobre o que a Câmara Municipal irá receber. O valor a receber à cabeça



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu algumas dúvidas e disse que se deveria cingir ao que estava proposto. Alguns deputados municipais falaram do que não consta da proposta, tal como de tarifários, de lugares para os residentes. Isto é um concurso público para sabermos o que o mercado tem para nos dizer. Houve já concursos anteriores que não tiveram seguimento porque as propostas não satisfaziam. Quer-se que as empresas apresentem propostas e modelos de funcionamento. O júri vai dizer se as propostas que forem apresentadas respondem ao nosso interesse ou não. Se as propostas não forem aceitáveis, deitar-se-á o concurso abaixo. Não se pode dizer antecipadamente coisas ou apresentar argumentos que estão claramente fora da proposta que está em discussão. Há posições que têm forma, têm pompa e circunstância, mas o conteúdo é zero.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes insistiu no que tinha declarado anteriormente e disse que o Sr. Presidente da Câmara não tinha ouvido bem. A documentação apresentada deveria ser mais clara. E os munícipes não vão ficar descansados.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que se não se compreendia a documentação e as explicações que foram dadas, também não valeria a pena explicar mais.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes lamentou que fossem apresentados argumentos que tivessem a ver com a forma de estar ou de ser e que isso não deveria ser feito. Isso não faz parte do debate.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis do PSD, um voto contra do deputado municipal Messias Carvalho, quatro votos contra da bancada do PS e dois votos contra da bancada da CDU.

A bancada do PS apresentou declaração de Voto. O documento vai constar como anexo desta ata.

deveria ser fracionado pelo número de anos da concessão. Além disso, questionou que estava projetado para a Praia de Monte Gordo, inclusive o estacionamento subterrâneo, e que agora este assunto parece esquecer. São promessas feitas e que não são cumpridas. Só a dívida que a Câmara tem é uma promessa que não foi feita e foi cumprida.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que esta forma é uma forma de arrecadar receita e alguns vêm afirmar que a receita deve ser empurrada com a barriga para a frente. O que está a ser feito é o que já foi feito nas cidades vizinhas e em Espanha. Alguns projetos devem ser encarados com inteligência e aguardar o tempo oportuno para se concretizarem.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança disse que há muitos projetos, que até são bons, mas têm de aguardar. São projetos bons, mas a situação de crise aconselha que se espere uma conjuntura mais favorável. O estacionamento pago vai permitir uma rotação de estacionamento e vai favorecer o comércio da nossa cidade.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que a proposta apresentada era como outra que fora apresentada anteriormente, mas que nunca chegou a ser exequível. As principais zonas de estacionamento de Vila Real, Monte Gordo e Cacela vão ser entregues a uma empresa privada durante cento e oitenta meses. Parece exagerada a zona de estacionamento em Vila Real e logo por cento e oitenta meses. Além disso, algumas condições, como as épocas de feira, teriam de ser negociadas. Não parece que esta seja a melhor proposta para o estacionamento pago no concelho. Esta é uma proposta do PSD, mas não é uma proposta inocente, durante cento e oitenta meses em que a Câmara pode querer intervir e a empresa não está disponível porque tem uma concessão e quer uma indemnização.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal referiu-se aos números de estacionamento pago que estão contemplados e não viu condições especiais para residentes. Atendendo à extensão do número de lugares de estacionamento pagos e não haver lugares para residentes, seria necessário esclarecer bem as pessoas e até se deveria ter recorrido a um referendo à população sobre estas situações.



O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que, mais uma vez, nestes relatórios já tem levantado a questão que, na despesa, está o previsto, neste caso quase cinquenta milhões, está faturado trinta um milhões e oitocentos mil e, na receita, catorze milhões, ou seja, há um diferencial de dezassete milhões, o que é preocupante. Estamos no final do ano e isto, ao que parece é para acumular à dívida. Então, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se estes números são corretos e se isto é para acumular à dívida

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, considerou o documento apreciado.

### ***Período de intervenção do público***

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal anunciou o período de intervenção do público para apresentar e debater assuntos de interesse para o município, e dispondo cada interveniente do tempo de cinco minutos.

Interveio o munícipe Nelson Mascarenhas que, aludindo às dificuldades por que passa o setor ligado ao comércio, questionou a Câmara Municipal sobre os critérios que eram seguidos para introdução de grandes superfícies comerciais no concelho. Isto porque, por informações de que dispõe, havia uma grande empresa de distribuição que queria estabelecer-se no concelho e teria havido oposição a isso. Não é uma questão, segundo afirmou, de defender o pequeno comércio, porque este tem um segredo, é teimoso e continua a trabalhar, mas é, sobretudo, uma questão de critérios, de saber por que é que umas grandes superfícies podem estabelecer-se e outras não.

Além disso, chamou à atenção para a falta de limpeza do lugar onde terminava a linha de caminho-de-ferro porque parece que os amigos e os colaboradores do senhor Presidente da Câmara não se apercebiam da sujidade que lá há.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que era notável, que era a primeira vez que ouvia um pequeno comerciante de Vila Real de Santo António defender as grandes superfícies. Era uma opinião. Por seu lado, os comerciantes e a associação

**16. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE TURÍSTICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGISTO DO ALOJAMENTO LOCAL**

32  
Rui João

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal disse que o PS ia votar favoravelmente esta proposta e queria referir que, hoje, votou favoravelmente algumas propostas, votou contra outras e absteve-se noutras. Isto não significa que tivesse navegado ao som da maré. Significa apenas que é a análise coerente do PS em cada uma das situações. E significa também, naquelas em que se absteve, sem que tivesse apresentado qualquer declaração de voto, sempre que votou contra, se absteve, alterando alguma decisão anterior, é porque são matérias que considera que são da exclusiva responsabilidade administrativa da Câmara e na qual não se deve imiscuir nem tem sequer informação suficiente para poder opinar sobre ela.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que este é daquele tipo de propostas que tem uma parte positiva e uma parte negativa. A parte positiva, com a qual a CDU está de acordo, é trazer para dentro do sistema tudo quanto é alojamento clandestino. A parte negativa é que, se calhar, não vêm para não terem de pagar um euro.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia mais pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por unanimidade.

**17. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou que o documento estava na posse dos senhores deputados municipais e declarou aberto o período para a sua apreciação.



proposta e aceite por unanimidade a alteração à discussão dos pontos 12 e 15 para o início da ordem de trabalhos.

#### Ponto 1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

O Senhor presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal.

#### Ponto 2 . APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs. 3, 4, 5 e 6 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luis Fernandes e José Cruz.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação as atas, com o seguinte resultado:

Acta nº 3 – aprovada por maioria com 17 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis da CDU e 4 abstenções do PS. O deputado João Cabrita absteve-se por não ter estado presente.

Acta nº 4 – aprovada por maioria com 17 votos do PSD, 2 votos favoráveis CDU e 4 abstenções do PS. O deputado João Cabrita absteve-se por não ter estado presente.

Acta nº 5 - aprovada por maioria com 18 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis da CDU e 4 abstenções do PS.

Acta nº 6 - aprovada por maioria com 18 votos favoráveis do PSD, 2 da CDU e 4 abstenções do PS.

#### Ponto 3 . APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITO NA RUA JOÃO DE LISBOA, EM MONTE GORDO

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.

#### Ponto 4 . APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE O ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL, I.P., A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.

de comerciantes da cidade elogiaram o comportamento, a posição política da Câmara Municipal em não permitir o estabelecimento de grandes superfícies. O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o Sr. Nelson Mascarenhas ainda era daquele executivo que, quando estava na oposição e a CDU estava no poder, fez um comício no Lusitano contra as grandes superfícies. Depois, quando foi para o poder aprovou o LIDL, o PLUS e o Intermarché. Portanto, não espantava a posição do Sr. Nelson Mascarenhas. Relativamente à outra questão, deveria ser uma pessoa supostamente informada, embora a qualidade da informação pudesse ser suscetível de reparos. A informação de que dispunha não correspondia à verdade. Por isso, queria informar corretamente o Sr. Nelson Mascarenhas que a informação que tinha não correspondia à verdade. A SGU tinha a licença do IPTM para gerir a área onde está e não as áreas adjacentes, como é o caso que referiu. E o certo é que as competências, hoje, da Câmara Municipal são as mesmas da altura em que o Sr. Nelson Mascarenhas era o vereador responsável por essa área e não há qualquer alteração a esse nível. Depois, concluiu que a questão é esta: vai ficar com o reparo e vai ser feito o reparo ao IPTM.

#### **LEITURA DA MINUTA DA ATA**

#### **MINUTA DA ATA N.7/2012**

Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal Vicente Campinas, em Vila Real de Santo António encontrando-se presente o excelentíssimo senhor Eduardo Luís Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, comigo Alexandre Hermínio Drago Madeira, primeiro secretário, José Domingos Teixeira Pires, segundo secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD; PS e CDU, e conforme Edital Convocatório de 4 de dezembro de 2012, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

SUBSTITUIÇÕES – Pelo PS foram feitas as respetivas substituições.

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia. Intervieram os deputados Luis Fernandes e José Cruz. Foi



Ponto 5 . APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA GEOGRÁFICA DO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO E ZONA DE PROTEÇÃO QUE INTEGRA O PPSNPVVRSA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO JURI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA NA ÁREA JURÍDICA – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Rui Setúbal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria.

com:

17 votos favoráveis do PSD

4 abstenções do PS

2 votos favoráveis da CDU.

Ponto 8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz e Luisa Currito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria.

com:

18 votos favoráveis do PSD

4 abstenções do PS

2 votos favoráveis da CDU.

**Ponto 10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DE PESSOAL DIRIGENTE – ARTIGO 24.º. DA LEI N.º.49/2012, DE 29 DE AGOSTO**

Ausentaram-se da sala os deputados José Pires e João Fernandes por serem parte interessada no assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria.

com:

16 votos favoráveis do PSD

4 abstenções do PS

2 votos favoráveis da CDU.

**Ponto 11. APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE CORREÇÃO MATERIAL AO PLANO PORMENOR DE MONTE GORDO NASCENTE**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luis Fernandes, Rui Setúbal e António Cabrita.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria.

com:

18 votos favoráveis do PSD

4 votos contra do PS

2 votos contra da CDU.

Foi apresentada uma declaração de Voto pela bancada do PS.

**Ponto 12. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2013**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Rui Setúbal, José Cruz e António Cabrita.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria.

32  
Hout  
JF



com:

18 votos favoráveis do PSD

4 votos contra do PS.

2 votos contra da CDU.

Foi apresentada uma declaração de Voto pela bancada do PSD e PS.

**Ponto 13. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2013**

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria.

com:

18 votos favoráveis do PSD

4 abstenções do PS

2 abstenções da CDU

**Ponto 14. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS MINUTAS DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VRSA NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE MONTE GORDO, VILA NOVA DE CACELA E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz e Luisa Currito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 15. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL PARA CONCESSÃO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADOS LOCALIZADOS DE FORMA DISPERSA NA VIA PÚBLICA DOS NÚCLEOS URBANOS DE VRSA E MONTE GORDO E NOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE MONTE GORDO**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luis Fernandes, António Cabrita, Carlos Lança, Rui Setúbal, José Cruz e Vitor Pereira.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria.

com:

17 votos favoráveis do PSD

1 voto contra do deputado Messias Carvalho do PSD

③  
Alexandre  
Ango

4 votos contra do PS.

2 votos contra da CDU.

Foi apresentada uma declaração de Voto da bancada do PSD e PS.

**PONTO 16. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE TURÍSTICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGISTO DO ALOJAMENTO LOCAL**

Não houve intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 17. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

O Relatório de atividades foi apreciado.

Período de intervenção do público

Interveio o munícipe Nelson Mascarenhas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu este texto de minuta a votação e foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 50 minutos.

*O Presidente da Assembleia Municipal*

*O Primeiro Secretário*

